



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 032/2000

Data: 20/03/2000

Ass. *[Assinatura]* 17/3/2000

PROJETO DE LEI 19/2000

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SERAFINA CORRÊA-RS.	
APROVADO DATA 27/03/2000	
Votação: UNANIMIDADE	
<i>[Assinatura]</i> Presidente	<i>[Assinatura]</i> Secretário

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
A CELEBRAR CONVÊNIO COM
ENTIDADES PÚBLICAS OU
PARTICULARES E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERAFINA
CORRÊA, Estado do Rio Grande do Sul,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, no
uso de sus atribuições legais e em conformidade com o Art. 34, XIV, da Lei
orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte Lei:

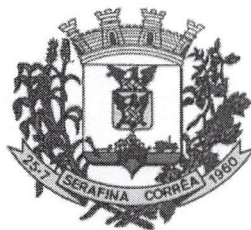
Art. 1º: - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar
convênio com entidades públicas e particulares, para prestação de serviços à
saúde, na área de diagnósticos, disponibilizando profissionais, técnicos, e
equipamentos ultra-sonográficos e mamográficos.

Art. 2º: - A prestação dos serviços de ultra-sonografia e
de mamografia restringe-se ao número de atendimentos mensais pré-
estabelecidos e conveniados.

Art. 3º: - A remuneração será por produção de serviços
observando os códigos e as nomenclaturas estabelecidas na Tabela do Sistema
de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS e seus valores não poderão ser
inferiores aos de Tabela.

§ 1º: - Em conformidade com o que dispõe o caput
deste artigo, o valor de cada exame será estabelecido no Convênio a ser
celebrado com as entidades públicas e particulares.

§ 2º: - Serão realizados os seguintes exames ultra-
sonográficos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

EXAMES REALIZADOS

14.011.00-0	Exame – Ultrasonográficos I
14.011.01-8	Exame – Ultra-sonografia Pélvica (Ginecológica)
14.012.00-6	Exame – Ultra-sonográfico II
14.012.01-4	Exame – Ultra-sonografia Obstétrica
14.012.02-2	Exame – Ultra-sonografia Transvagial
14.014.00-9	Exame - Ultrasonográfico IV
14.014.01-7	Ecografia de Bolsa Escrotal
14.014.02-5	Ecografia de Mamas -Bilateral
14.014.03-3	Ecografia de Próstata (Via Abdominal)
14.014.04-1	Ecografia de Tireóide
14.014.05-0	Exame – Ultra-sonografiado Aparelho Urinário
14.014.06-8	Exame – Ultra-sonografia do Retroperitônio
14.017.00-8	Exame – Ultra-sonografico VII
14.017.01-6	Ecografia de órgão Abdominal Isolado (máximo 2)
14.018.00-4	Exame -Ultra-sonográfico VIII
14.018.01-2	Ecografia de Abdômen Total (ab. sup. Retroperitônio, rins, e bexiga
14.019.10-8	Ultra-sonografia Hipocôndrio Direito (Fígado, Vesícula, Vias Biliares, Pâncreas)

II – Será realizado o seguinte exame radiológico:

MAMOGRAFIA

13.092.02-2	Mamografia Bilateral
-------------	----------------------

§ 3º: - O valor do serviço deverá considerar despesas de custeio e manutenção dos serviços.

Parágrafo Único: Em conformidade com o que dispõe o caput deste artigo, é adotada a seguinte remuneração para cada aplicação de ultra-sonografia e de mamografia:

1 – ULTRA-SONOGRAFIA: Tabela Ambulatorial SUS + 30% (trinta por cento);

2: MAMOGRAFIA: Tabela Ambulatorial SUS + 20% (vinte por cento).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

Art. 4º: - Dentro da quota mensal conveniada, os exames serão agendados em conformidade com a capacidade de atendimento.

Art. 5º: - Os médicos e os técnicos serão nomeados ou designados pelo Município.

Art. 6º: - O Município não se responsabiliza por possíveis internações de pacientes submetidos aos exames de diagnósticos.

Art. 7º: - As definições objeto da forma de pagamento dos serviços a serem prestados devem ser aprovados pelo respectivo Conselho Municipal de Saúde-CMS.

Art. 8º: - Os convênios a serem firmados entre os municípios devem ser aprovados pelo respectivo Conselho Municipal de Saúde – CMS – e por Lei Municipal.

Art. 9º: - O Poder Executivo poderá regulamentar, no que couber, por Decreto, a presente Lei:

Art. 10: - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito de Serafina Corrêa, 17 de março de 2000.

JACIR ANTÔNIO SALVI
Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SERAFINA CORRÊA-RS

Comissão Especial Data: 27/03/2000

PMDB: *[assinatura]*

PPB: *[assinatura]*

PFL: *[assinatura]*

PTB: *[assinatura]*

PDT: *[assinatura]*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Assistência a Saúde, do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 9, de 13 de janeiro de 2000, baixou diretrizes visando incrementar o papel normativo dos gestores locais do Sistema Único de Saúde – SUS, possibilitando o estabelecimento de normas e formas de pagamento adequados à sua realidade, dentro das políticas de saúde formuladas pelo Ministério da Saúde.

Considerando que a Portaria estabelece que os Municípios que necessitem comprar, em caráter complementar, serviços de terceiros para a ampliação da oferta de procedimentos que compõem o Piso de Atenção Básica, e

Considerando que o Município de Serafina Corrêa dispõe de equipamentos, médicos habilitados, de técnico em radiologia, pessoal habilitado, infra-estruturas com capacidade de atendimento superior à demanda local, preconiza-se estender os serviços de diagnósticos a outros municípios, e, também, a entidades privadas, mediante a celebração de convênios, de maneira que não onerem o Município.

Com a implementação dos serviços Serafina Corrêa presta relevantes serviços à saúde pública, torna-se uma pequena metrópole da saúde, e movimentam todos os segmentos da sociedade.

A proposição objetiva legalizar e normatizar todas as ações direcionadas à saúde, na área de diagnósticos, hoje indispensáveis para um tratamento adequado.

É óbvio que esta política de saúde pública tem como alvo as pessoas de baixa renda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 17 de março de 2000.


JACIR ANTÔNIO SALVI
PREFEITO MUNICIPAL